

Para memória futura – resumo da nossa sessão comemorativa dos 20 anos

A sessão foi aberta por Jorge Esteves, primeiro presidente da APVE e pelo Presidente da Assembleia Geral, Ricardo Felix. Jorge Esteves chamou a atenção para o facto do conceito mobilidade ter vindo a evoluir e ser actualmente muito mais que apenas o uso da electricidade havendo necessidade de olhar para a solução na perspectiva de outros vectores energéticos, como o hidrogénio, e novas formas de mobilidade, em suma a mobilidade tem que ser encarada na perspectiva da sustentabilidade.



No painel que se seguiu, moderado pela presidente do conselho fiscal da APVE e advogada da Telles especialista em direito da energia, Ivone Rocha, o enfoque incidiu na digitalização da mobilidade e perspectivas de futuro.

José Medeiros Pinto, APREN
Henrique Sanchez, UVE
Nuno Bonneville, Mobie.E
Paulo Rodrigues, CONIB
Ivone Rocha, TELLES (moderadora)



José Medeiros Pinto, secretário geral da APREN, falou da diversidade de aspectos ligados à mobilidade nos dias de hoje e salientou a necessidade de pensarmos toda a cadeia de valor, repensando as estações de serviço, as indústrias concorrentes, o impacto da gestão do território e a necessidade de criação de condições de sustentabilidade. Chamou a atenção dos presentes para a necessidade de valorizar o espaço das cidades. Referiu ainda o Plano Nacional para a Energia e Clima e suas metas para a mobilidade eléctrica o que nos obriga a olhar para os telhados das cidades como produtores de energia e para o aspecto dos veículos eléctricos não serem só produtores de energia mas também produtores e com capacidade de fornecer serviços ao sistema.

Nuno Bonneville salientou que a rede Mobi.E tem um enquadramento jurídico focalizado nos consumidores e na interoperabilidade total, isto é, um cliente de um determinado operador tem acesso a todos os outros com a mesma subscrição. No caso português há uma ligação directa à rede e a garantiu que a rede pública estará concluída este ano. A Mobi.E passará a assumir um papel equivalente à SIBS, será o agregador dos serviços da mobilidade sustentável.

Acrescentou, clarificando, que a espécie de SIBS já está em operação. Qualquer operador necessita apenas de um contrato para aceder a todos os serviços. Os condomínios já podem colocar postos de carregamento. Desde 1 de Abril foram criadas as condições para a colocação de postos de carregamento rápidos em espaços privados de acesso público. Lamentou o facto de ainda haver necessidade de uma melhor comunicação, factor que vai ser objecto de mais atenção por parte da Mobi.E.

Henrique Sanchez a propósito dos condomínios referiu que já há soluções inovadoras para os condomínios com sistemas de gestão de carregamentos. Chamou a atenção dos presentes, a propósito do tempo de carregamento, que não gasta tempo a carregar pois enquanto o carro carrega o utilizador pode estar a fazer outras actividades, almoçar, em reuniões, nas compras, a trabalhar, etc. Referiu ainda o papel da segunda vida das baterias enquanto armazenamento estacionário.

Paulo Rodrigues da Confederação Europeia da Indústria de Bicicletas chama a atenção para as vantagens das bicicletas que não estão sujeitas à pressão fiscal e são o meio de transporte mais sustentável.

Foi ainda discutida a necessidade do surgimento de novas soluções para os condomínios quer ao nível de regras para a construção nova que para adaptar edifícios antigos que têm que oferecer soluções para o VE.

A moderadora falou ainda na necessidade do estado intervir com novas regras para a aquisição de frotas públicas do estado e municipais nomeadamente para a aquisição de novos autocarros.

No segundo painel foi moderado por António Sá da Costa, presidente da European Renewable Energy Federation dedicado aos aspectos tecnológicos.

António Vidigal, EDP
Inovação Rui Rei, Cascais Próxima
Nuno Delgado, EFACEC
Nicole Fernandes, GALP
Jorge Cruz Morais, APE
António Sá da Costa, EREF (moderador)



Nicole Fernandes da GALP salientou que os avanços tecnológicos que suscitam a modificação de comportamentos e vice-versa. Referiu a importância da mobilidade eléctrica para a descarbonização da economia e que há vários factores a influenciar o incremento da mobilidade eléctrica como os avanços tecnológicos amigáveis dos cidadãos e a geografia do espaço público que terá impacto na mudança de comportamentos.

Jorge Cruz de Morais, presidente da Associação Portuguesa para a Energia evidenciou a eficiência do Veículo Eléctrico mesmo se alimentado com energia produzida nas centrais de ciclo combinado. Chama ainda a atenção para o problema que se segue que é a necessidade de energia e não potência e para a necessidade de reforço das redes de distribuição ou em alternativa baterias de grande capacidade.

Rui Rei da Cascais Próxima informou que Cascais é a primeira autarquia a lançar um concurso público para aquisição de autocarros eléctricos. Na sua opinião só será possível descarbonizar se investirmos em transportes de qualidade e oferecermos serviços aos cidadãos.

Nuno Delgado relembrou o papel pioneiro da EFACEC no desenvolvimento de tecnologias inovadoras nomeadamente os carregadores semi rápidos e rápidos que têm sido exportados para todo o mundo e ainda a inovação em novas tecnologias para a gestão dos carregamentos.

António Vidigal da EDP Inovação, salientou a necessidade de inovação sob pena de termos que colocar investimento em cobre e ferro na rede. A alternativa é trazer inteligência à rede que tem que ser remunerada. Para que tenhamos soluções inovadoras e eficientes precisamos de mais experimentação e que a regulação acompanhe os avanços. Precisamos de mais dados incluindo dos veículos a hidrogénio.



No encerramento, Jorge Viegas de Vasconcelos falou das duas dimensões do papel da APVE e sua intervenção para futuro. A dimensão económica que deve motivar os decisores políticos para uma economia mais dinâmica onde o papel dos veículos, dos componentes, dos serviços e da investigação são fundamentais e a dimensão social onde APVE tem um papel crucial na mensagem de democratização da mobilidade eléctrica transmitindo a percepção de uma melhor regulação dos nossos recursos e da melhoria da qualidade de vida.